



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

Rua Presidente Dutra, 160 – Centro – Petrolina/PE – CEP: 56.304-230

TEL: (87) 3866-7722/ 3866-7742 E-mail: 3a.sl@codevasf.gov.br

EDITAL N.º 011/2022

LICITAÇÃO CODEVASF
FORMA PRESENCIAL - LEI Nº 13.303/2016
MAIOR OFERTA

**CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO COM
ENCARGO PARA EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DO
ESPAÇO FÍSICO, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS
DO ABATEDOURO FRIGORÍFICO PARA CAPRINOS E
OVINOS DE DORMENTES, LOCALIZADAS ÀS
MARGENS DA PE-630, NO MUNICÍPIO DE
DORMENTES, ESTADO DE PERNAMBUCO – PE, ÁREA
DE ATUAÇÃO DA DA 3ª SUPERINTENDÊNCIA
REGIONAL DA CODEVASF.**

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

EDITAL N.º 011/2022

LICITAÇÃO CODEVASF
FORMA PRESENCIAL - LEI Nº 13.303/2016
MAIOR OFERTA

A V I S O

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF, torna público aos interessados que na data, horário e local abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **LICITAÇÃO CODEVASF**, na forma **PRESENCIAL**, do tipo **MAIOR OFERTA**, de acordo com as condições deste Edital e seus Anexos.

OBJETO: Concessão de Direito Real de Uso com encargo para exploração econômica do espaço físico, instalações e equipamentos do Abatedouro Frigorífico para Caprinos e Ovinos de Dormentes, localizadas às margens da PE-630, no município de Dormentes, Estado de Pernambuco – PE, área de atuação da 3ª SR.

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO: Poderão participar da presente licitação pessoas jurídicas, consorciadas ou não, que satisfaçam a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

LOCAL E DATA DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Auditório da sede da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF, Rua Presidente Dutra, nº 160 – Centro – CEP 56.304-914, município de Petrolina/PE, às 09h (nove horas) de 07 de dezembro de 2022.

OBSERVAÇÃO: O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis no sítio www.codevasf.gov.br. Na impossibilidade de download pelo site aqui indicado, o Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na Secretaria Regional de Licitações, no endereço acima mencionado, telefone: (087) 3866-7742 e poderão ser adquiridos gratuitamente, mediante apresentação de um PEN DRIVE para gravação, no horário de 08:00h às 12:00h e de 13:30h às 17:30h, de segunda a sexta-feira, a partir da data de publicação. Eventuais alterações e esclarecimentos também estarão disponíveis no sítio da CODEVASF – www.codevasf.gov.br – para consulta dos interessados.

Petrolina-PE, 16 de novembro de 2022.

AURIVALTER CORDEIRO PEREIRA DA SILVA
SUPERINTENDENTE REGIONAL
CODEVASF – 3.ª SR

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

Í N D I C E

01. OBJETO
02. DESCRIÇÃO GERAL
03. FORMA DE REALIZAÇÃO, MODO DE DISPUTA, DIVULGAÇÃO DO VALOR ESTIMADO, REGIME DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO
04. PARTICIPAÇÃO
05. CREDENCIAMENTO
06. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS / IMPUGNAÇÕES / RECURSOS ADMINISTRATIVOS
07. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
08. ABERTURA DOS INVÓLUCROS
09. PROPOSTA FINANCEIRA
10. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
11. ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
12. GARANTIA DE PROPOSTA
13. RECURSOS ADMINISTRATIVOS
14. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
15. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO MENSAL DA CONCESSÃO
16. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO
17. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO
18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
19. DESISTÊNCIA
20. OBRIGAÇÕES DO CESSIONÁRIO
21. DISPOSIÇÕES GERAIS

ANEXOS

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS
ANEXO II	MINUTA DE CONTRATO

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

EDITAL N.º 011/2022

LICITAÇÃO CODEVASF
FORMA PRESENCIAL - LEI Nº 13.303/2016
MAIOR OFERTA

PROCESSO Nº: 59530.001110/2021-86

1. OBJETO

- 1.1. A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF**, através de sua **3ª Secretaria Regional de Licitações**, torna público que realizará licitação objetivando a **Concessão de Direito Real de Uso com encargo para exploração econômica do espaço físico, instalações e equipamentos do Abatedouro Frigorífico para Caprinos e Ovinos de Dormentes, localizado às margens da PE- 630, no município de Dormentes, Estado de Pernambuco – PE.**
- 1.2.** As “**Proposta Financeira**” e “**Documentação de Habilitação**” serão recebidas às **09h (nove horas) de 07 de dezembro de 2022, no auditório da sede da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF, rua Presidente Dutra, nº 160 – Centro – CEP 56.304-230, Município de Petrolina/PE**
- 1.3.** O presente procedimento licitatório, do tipo “**Maior Oferta**”, reger-se-á pelo Regulamento de Licitações e Contratos da CODEVASF, pela **Lei n.º 13.303/2016**, que institui normas para licitações e contratos das empresas públicas e sociedades de economia mista no âmbito da União e Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf.
- 1.4. TERMINOLOGIA:** Para os fins deste Edital, em conformidade com a Lei no 12.787 de 11 de janeiro de 2013, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação. Ver: **Item 2 do Termo de Referência anexo ao Edital.**

2. DESCRIÇÃO GERAL

- 2.1.** A área ocupada pelo abatedouro frigorífico de caprinos e ovinos de Dormentes/PE perfazem um total de 20.015,00 m², sendo que deste total uma área 1.327,00 m² corresponde a construída, provida dos equipamentos que encontram relacionadas no **Anexo II – Relação de Equipamentos** que, doravante, independentemente de sua transcrição, fará parte integrante do Edital de licitação. Os Detalhes encontram-se no **item 4 do Termo de Referência anexo ao Edital.**
- 2.2.** O valor global do abatedouro frigorífico de caprinos e ovinos de Dormentes/PE foi avaliado pela Comissão de avaliação constituída pela Determinação nº 095, de 18 de junho de 2021, na importância de **R\$ 5.266.570,00 (cinco milhões duzentos e**

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

sessenta e seis mil, quinhentos e setenta reais), conforme Laudo Técnico de avaliação complementar, de 30 de novembro de 2021.

- 2.3.** O preço mínimo estabelecido para a contrapartida mensal pela CDRU do abatedouro frigorífico de caprinos e ovinos de Dormentes/PE será equivalente a **10% (Dez por cento) do faturamento bruto mensal** auferido pela operação do abatedouro frigorífico de Dormentes/PE. Ficando esta contrapartida limite ao valor mínimo mensal de **R\$ 12.288,28** (doze mil duzentos e oitenta e oito reais e vinte e oito centavos) nos casos em que o percentual de 10% (Dez por cento) do faturamento bruto mensal ficar inferior a este limite mínimo.
- 2.4.** O preço proposto para contrapartida mínimo a ser paga mensal da CDRU do abatedouro frigorífico de Dormentes/PE será corrigido anualmente no respectivo vencimento, aplicando-se o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, tomando 01/2022 como o mês de referência, ou outro índice equivalente que venha a ser adotado pelo Governo Federal.
- 2.5. LOCALIZAÇÃO:** Conforme **item 3 do Termo de Referência anexo ao Edital.**
- 3. FORMA DE REALIZAÇÃO, MODO DE DISPUTA, DIVULGAÇÃO DO VALOR ESTIMADO, REGIME DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO (subitem 1.4 do Termo de Referência):**
- a) **Forma de Realização:** Licitação Codevasf PRESENCIAL conforme o art. 26 do RILC da Codevasf.
 - b) **Modo de Disputa:** Fechada, conforme art. 52, § 2º, da Lei nº 13.303/2016.
 - c) **Divulgação do valor estimado:** Público;
 - d) **Regime de Execução:** Preço unitário;
 - e) **Critério de Julgamento:** MAIOR OFERTA (nos termos do art. 54, Inciso VI da Lei no 13.303/16).
- 3.1.** As licitantes deverão obter junto à CODEVASF – 3ª Superintendência Regional, Secretaria de Licitações, qualquer informação complementar à documentação constante deste Edital e que venha ser necessária para melhor caracterização dos equipamentos e para a apresentação de sua proposta financeira.
- 4. PARTICIPAÇÃO**
- 4.1.** Poderão participar da licitação pessoas jurídicas do **ramo de abate de animais**, que atendam às exigências do Edital de Licitação e seus Anexos, conforme previsto **no item 5 do Termo de Referência anexo ao Edital.**
- 4.2.** Empresas do ramo, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, nacionais ou estrangeiras, que atendam às exigências do TR e seus anexos;
- 4.3.** As empresas estrangeiras poderão participar nas mesmas condições das empresas nacionais.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

- 4.4.** Caso a Licitante seja uma Empresa Estrangeira, as seguintes regras deverão ser observadas, sem prejuízo de outras existentes no Edital:
- 4.5.** As Licitantes pessoas jurídicas estrangeiras deverão apresentar, tanto para a participação isolada como em Consórcio, os documentos equivalentes aos documentos para a habilitação, autenticados pela autoridade consular brasileira de seu país de origem e traduzidos por tradutor juramentado.
- 4.6.** As sociedades estrangeiras provenientes de Estados Signatários da Convenção Sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 8.660/16, poderão substituir a necessidade de autenticação pelo respectivo consulado, pela aposição da apostila de que trata a referida Convenção, quando couber.
- 4.7.** A documentação e a respectiva apostila deverão ser traduzidas por tradutor juramentado e com firma reconhecida como verdadeira por notário público.
- 4.8.** Os proponentes deverão estudar minuciosa e cuidadosamente as exigências prescritas no Edital de Licitação e seus Anexos, informando-se de todas as circunstâncias e detalhes que possam de algum modo afetar a apresentação da proposta, seus custos e prazos de execução.
- 4.9.** A participação na licitação implica na aceitação integral do ato convocatório, bem como na observância dos regulamentos e normas administrativas e técnicas aplicáveis, observando-se o disposto neste Termo de Referência (TR).
- 4.10.** Os documentos de habilitação equivalentes devem ser apresentados de forma a possibilitar a análise acerca da sua validade e exigibilidade.
- 4.11.** As Licitantes responderão civil, administrativa e penalmente pela veracidade das declarações acima referidas.
- 4.12.** **CONSÓRCIO:** Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Consórcio, desde que legalmente constituídas sob a forma das leis brasileiras e em conformidade ao Art. 78 da RILC - Deliberação nº 28, de 27 de junho de 2020, observar **subitem 5.8 do Termo de Referência anexo ao Edital.**
- 4.13.** **SUBCONTRATAÇÃO:** Será permitida a subcontratação parcial do objeto conforme **subitem 5.9 do Termo de Referência anexo ao Edital.**
- 4.14.** Será permitida a participação de empresas estrangeiras, desde que tenham representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente, e que atendam ao disposto no Código Civil Brasileiro.
- 4.15.** As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, nos termos **do art. 13, § 2º do Decreto 8.538/2015 alterado pelo Decreto nº 10.273/2020** e na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo declarar, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos estabelecidos em seu art. 3.º, e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar (**subitem 5.10 do Termo de Referência anexo ao Edital**).

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

- 4.16.** O licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123 /2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos no Decreto 8.538/2015.
- 4.17.** A participação na licitação implica aceitação plena e irrevogável do ato convocatório, bem como a observância dos regulamentos e normas administrativas e técnicas aplicáveis, observando-se o disposto neste Edital e a responsabilidade pela autenticidade e fidelidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.
- 4.18. VISITA: Item 9 do Termo de Referência, Anexo I do EDITAL.**
- 4.19. IMPEDIMENTOS: Não poderão participar do certame, isoladamente ou em Consórcio, de acordo com os termos deste Edital, conforme Item 8 do Termo de Referência, Anexo I do EDITAL.**

5. CREDENCIAMENTO

- 5.1.1.** Cada proponente só poderá ser representado por um (a) único (a) procurador (a), sendo vedado o credenciamento de uma mesma pessoa como representante de 02 (dois) ou mais proponentes. Se ocorrer, implicará em desclassificação sumária.(**subitem 13.1.9 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital**).
- 5.1.2.** O (a) representante do (a) proponente deverá apresentar à Comissão Técnica de Julgamento documento de identificação civil e a respectiva procuração, ou cópia do contrato social quando se tratar de diretor ou sócio da empresa com poderes para responder pelos direitos e obrigações da mesma(**subitem 13.1.10 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital**).

6. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS / IMPUGNAÇÕES / RECURSOS ADMINISTRATIVOS

6.1. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- 6.1.1.** Quaisquer dúvidas de caráter técnico, formal ou legal na interpretação do Edital e seus Anexos serão dirimidas através do e-mail: **3a.sl@codevasf.gov.br**, **3gb@codevasf.gov.br** ou ser entregue na Secretaria Regional de Licitações – 3ª/SL da CODEVASF, 3ª Superintendência Regional da CODEVASF, Rua Presidente Dutra, nº 160 - Centro. CEP: 56304-914. Município de Petrolina – PE, Telefone: (87) 3866-7742, no horário de 08:00h às 12:00h e de 14:00h às 17:30h, consultar a Gerência Regional de Revitalização das bacias Hidrográficas – GRR e Assessoria Jurídica da CODEVASF/3ªSR, no que couber, respeitado o prazo disposto no **subitem 6.3 a seguir descrito**.
- 6.1.2.** Os pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser redigidos em Língua Portuguesa, com identificação completa do solicitante ou impugnante, incluindo endereço eletrônico.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

- 6.1.3.** Os pedidos de esclarecimentos sobre quaisquer elementos deverão ser enviados em até 05 (Cinco) dias úteis (conforme art. 36, parágrafo único, I, b do RILC e Art. 65 do RILC - Deliberação nº 28, de 27 de junho de 2020) anteriores à data estabelecida para abertura da sessão pública de recebimento da **“Documentação de Habilitação”** e **“Proposta Financeira”** - §1º, Art. 87 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) -, através do e-mail: **3a.sl@codevasf.gov.br**, As consultas formuladas foram deste prazo serão consideradas como não recebidas.
- 6.1.4.** Analisadas as consultas, a Codevasf deverá esclarecê-las e, acatando-as, alterar ou adequar os elementos constantes do Edital e seus Anexos, comunicando sua decisão às demais Licitantes - §1º, Art. 87 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) -.
- 6.1.5.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.
- 6.1.6.** A licitante deverá, além das informações específicas requeridas pela Codevasf, adicionar quaisquer outras que julgar necessárias. Somente serão aceitas normas conhecidas que assegurem qualidade igual ou superior à indicada nas especificações constantes neste Edital e seus Anexos.
- 6.1.7.** Analisando as consultas, a Codevasf deverá esclarecê-las, e, acatando-as, alterar ou adequar os elementos constantes do Edital e seus Anexos, comunicando sua decisão, também por meio eletrônico, via Internet, no sítio **www.codevasf.gov.br**, divulgando a modificação pelo mesmo instrumento de publicação do texto original, reabrindo o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 6.1.8.** As eventuais alterações e esclarecimentos também estarão disponíveis no sítio **www.codevasf.gov.br**, para consulta dos interessados.
- 6.1.9.** A licitante deverá estudar minuciosa e cuidadosamente a documentação, informando-se de todas as circunstâncias e detalhes que possam, de algum modo, afetar a prestação do serviço, seus custos e prazos.
- 6.1.10.** Não serão admitidos pedidos de esclarecimentos ou impugnações que descumpram os requisitos previstos neste Edital.
- 6.1.11.** Para todos os efeitos de direito, as respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações farão parte integrante do presente Edital.
- 6.1.12.** A Comissão, a seu exclusivo critério, seja em consequência de esclarecimentos, e impugnações ao Edital e/ou de qualquer outro motivo de interesse público, poderá alterar o Edital, em qualquer ocasião, antes da Data de Entrega dos Invólucros.
- 6.1.13.** A apresentação da proposta tornará evidente que a licitante examinou minuciosamente toda a documentação deste Edital e seus Anexos, que a comprovou e a encontrou correta. Evidenciará, também, que a licitante obteve da Codevasf, satisfatoriamente, as eventuais informações e esclarecimentos solicitados, tudo resultando suficiente para a elaboração da proposta apresentada, implicando na aceitação plena de suas condições.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

6.1.14. A proposta, toda a correspondência e os documentos trocados entre o licitante e a CODEVASF serão escritos em português, e os preços deverão ser cotados em reais (R\$).

6.1.15. Fica entendido que o (a) proponente tem pleno conhecimento das condições do objeto licitado, bem como do local onde se encontram o **abatedouro frigorífico de caprinos e ovinos de Dormentes/PE** objeto desta licitação, e que todas as dúvidas foram solucionadas antes da data da apresentação das propostas.

6.2. IMPUGNAÇÕES

6.2.1. A impugnação ao Edital e seus Anexos deverão ser encaminhadas **no prazo de até 05 (cinco) dias úteis**, antes da data de Entrega dos Invólucros, nos termos do §1º, Art. 87 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais).

6.2.2. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá à Comissão, decidir sobre a impugnação no prazo de **03 (três) dias úteis**, contado da data de recebimento da impugnação nos termos do §1º, Art. 87 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais).

6.2.3. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Comissão, nos autos do processo de licitação.

6.2.4. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada e publicada nova data para a realização do certame.

6.3. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

6.3.1. Fase Recursal: ÚNICA, após a habilitação do licitante, obedecendo a ordem de classificação das Propostas Financeiras, nos termos do Art. 51, incisos VI a VIII da Lei 13.303/2016, **(tudo conforme item 18 do Termo de Referência, anexo a este Edital)**.

7. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

7.1. Os (As) proponentes (s) deverão fazer entrega no dia, horário e local mencionados no subitem 1.2 do Edital, de 02 (dois) invólucros, fechados e numerados, contendo:

- Invólucro n.º 01 – “Proposta Financeira”
- Invólucro n.º 02 – “Documentação de Habilitação”

7.1.1.1. A Apresentação da Proposta e da Documentação de Habilitação deverá obedecer ao contido no Item 13 do Termo de Referência, anexo ao Edital.

8. ABERTURA DOS INVÓLUCROS

8.1. Os invólucros de que trata o subitem 7.1 acima, serão recebidos em sessão pública no local, dia e hora indicados no subitem 1.2 do Edital, observados o disposto no item 14 do Termo de Referência, anexo ao Edital.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

- 8.2. A realização e o desenvolvimento dos trabalhos contendo a **"Proposta Financeira"** e a **"Documentação de Habilitação"**, e o seu desenvolvimento, serão dirigidos pela **Comissão Técnica de Julgamento** designada para este fim, com assessoria da **Secretaria Regional de Licitações – 3ª SL e Assessoria Jurídica – 3ª AJ**.
- 8.3. A **Comissão de Técnica de Julgamento** procederá à abertura dos **Invólucros n.º 01 "Proposta Financeira"** e rubricará, sempre conjuntamente com até **03 (três) proponentes presentes à sessão pública**, e que serão identificados na Ata respectiva, passando em seguida à **fase de julgamento das referidas propostas**.
- 8.4. Os **fechos dos Invólucros n.º 2 – "Documentação de Habilitação"** dos (as) proponentes participantes serão rubricados pela **Comissão Técnica de Julgamento**, bem como por até **03 (três) proponentes presentes à sessão**, e permanecerão **sob a guarda e responsabilidade da Secretária Regional de Licitações – 3ª SL** até a data a ser marcada para sua abertura.
- 8.5. O (A) proponente classificado (a) com a melhor **"Proposta Financeira"** após o **julgamento e análise**, terão sua **"Documentação de Habilitação"** – **Invólucro nº 2**, aberta em dia, hora e local que serão, previamente, comunicados pela **CODEVASF**.
- 8.6. Da sessão pública a que se refere o subitem acima, bem como daquela que for eventualmente convocada para abertura da **"Documentação de Habilitação"** dos (as) proponentes classificados com a melhor **"Proposta Financeira"** serão lavradas Atas em que se consignaram eventuais reclamações, impugnações ou ressalvas dos (as) proponentes.
9. **PROPOSTA FINANCEIRA - Invólucro n.º 01**
- 9.1. A Proposta Financeira - Invólucro n.º 01, deverá obedecer ao subitem 13.2 e item 15 do Termo de Referência, anexo ao Edital.
10. **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - Invólucro n.º 02**
- 10.1.1. A Documentação de Habilitação - Invólucro n.º 02, deverá obedecer ao subitem 13.3 do Termo de Referência, anexo ao Edital.
11. **ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA E DOCUMENTAÇÃO**
- 11.1. Será realizada conforme **itens 16 e 17 do Termo de Referência, anexo ao Edital**.
12. **GARANTIA DE PROPOSTA**
- 12.1. A Garantia de Proposta, em conformidade com o que determina o Art. 65 do RILC - Deliberação nº 28, de 27 de junho de 2020, deverá ser realizada no valor mínimo de 1% (um por cento) do valor avaliado pela Comissão de avaliação constituída pela Determinação nº 095, de 18 de junho de 2021, complementado em de 18 de junho de 2021, sendo o valor global do abatedouro frigorífico de caprinos e ovinos de

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

Dormentes/PE foi avaliado na importância de **R\$ 5.266.570,00 (cinco milhões duzentos e sessenta e seis mil, quinhentos e setenta reais)**, conforme Laudo Técnico de avaliação complementar, de 30 de novembro de 2021, **obedecer ao item 11 do Termo de Referência, anexo ao Edital.**

13. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 13.1. Haverá fase recursal única**, após o término da fase de habilitação. Os licitantes que desejarem recorrer em face dos atos do julgamento da proposta ou da habilitação deverão manifestar-se dentro do prazo recursal, após a fase de habilitação da licitante melhor classificada no julgamento da proposta financeira, sob pena de preclusão. **(tudo conforme item 18 do Termo de Referência, anexo a este Edital).**
- 13.2.** A licitante poderá apresentar recurso, com base nas manifestações de intenção de recursos registrada em Atas nas sessões, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis - §1º59, Art. da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais)**, contados da divulgação via Comunicação Externa - CE ou e-mail da abertura do prazo recursal.
- 13.3. O recurso deverá ser apresentado no protocolo da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF, no horário de 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 18h00.**
- 13.4.** O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da Comissão Técnica de Julgamento, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de **5 (cinco) dias úteis, ou nesse mesmo prazo, fazê-lo subir**, devidamente informados, devendo, neste caso a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade
- 13.5.** Interposto, o recurso será comunicado às demais proponentes, que poderão impugná-lo no **prazo de 5 (cinco) dias úteis.**
- 13.6.** Somente serão considerados os recursos devidamente fundamentados que estiverem dentro do prazo estabelecido no subitem acima.
- 13.7.** Recursos encaminhados via e-mail só terão eficácia se o original for entregue na sede da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF, necessariamente, até 5 (cinco) dias da data do término do prazo recursal.
- 13.8.** Inexistindo recurso(s) contra a decisão referente a fase de habilitação ou sendo este(s) denegado(s), a Comissão Técnica de Julgamento providenciará a devolução dos invólucros n.º 02 às respectivas proponentes inabilitadas.
- 13.9.** No caso das proponentes inabilitadas se recusarem a receber os invólucros das Propostas, estes ficarão à disposição para retirada, mediante recibo, na Secretaria Regional de Licitações – 3ª SL, durante o período de 60 (sessenta) dias. Findo este prazo a CODEVASF fica autorizada a incinerá-los.
- 13.10. Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados na Secretaria de Licitações – 3ª SL, do Edifício Sede da Codevasf, em Petrolina/PE, nos dias úteis no horário de 08:00 (oito) às 12:00 (doze) horas e de 13:30 (treze e trinta) às 17:30 (dezessete e trinta) horas, de segunda a sexta-feira.**

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

- 13.11.** Não serão considerados os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que não forem apresentados na forma estabelecida no subitem acima.
- 13.12.** Os arquivos eletrônicos com textos das razões e contrarrazões serão disponibilizados no seguinte endereço eletrônico: **www.codevasf.gov.br**.
- 13.13.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste item, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento.
- 13.14.** A impugnação ou o recurso interposto em desacordo com as condições deste Edital e seus Anexos não serão conhecidos
- 13.15.** Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil no âmbito do órgão ou entidade responsável pela licitação.

14. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

- 14.1.** Após a publicação do resultado da licitação, no **Diário Oficial da União (DOU)** e no **Sítio da Codevasf**, bem como, observadas às condições relativas aos **recursos administrativos de que trata o item 13 deste Edital**, o processo administrativo será encaminhado ao Diretor da Área responsável pelo processo licitatório, que o submeterá à autoridade competente, com vistas à **homologação final e a adjudicação da concessão do Abatedouro Frigorífico de Caprinos e Ovinos de Dormentes/PE**.
- 14.2.** Aprovado o relatório da Comissão Técnica de Julgamento pela Autoridade competente e após o processo administrativo ser encaminhado pela Diretor da Área responsável pelo processo licitatório, para à autoridade competente, com vistas à homologação, está também promoverá a adjudicação da concessão de direito real de uso com encargos para exploração econômica do espaço físico, instalações e equipamentos do Abatedouro Frigorífico de Caprinos e Ovinos de Dormentes/PE.
- 14.3.** A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação dos itens aos proponentes vencedores pela Comissão, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.
- 14.4.** Após a publicação do resultado da licitação e observadas as condições relativas aos recursos administrativos de que trata o item 13, o processo administrativo será encaminhado ao Diretor da Área responsável pelo processo licitatório, que o submeterá à autoridade competente, com vistas à homologação final e a adjudicação da CDRU com encargo do abatedouro frigorífico de caprinos e ovinos de Dormentes/PE.

15. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO MENSAL DA CONCESSÃO

- 15.1.** Conforme item 10 do Termo de Referência, anexo ao Edital.

16. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 16.1.** Conforme item 12 do Termo de Referência, anexo ao Edital.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

17. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

- 17.1.** Compete à CODEVASF fiscalizar e acompanhar a exploração econômica da CDRU do **abatedouro frigorífico de caprinos e ovinos de Dormentes/PE**, o atendimento às exigências ambientais, inclusive procedendo à realização de visitas, observando o **item 21 do Termo de Referência, anexo a este Edital**, o método de aplicação de água na irrigação, bem como o atendimento às exigências ambientais das unidades parcelares, inclusive procedendo à realização de visitas.

18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 18.1.** Pela inexecução total ou parcial do contrato a empresa pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
- I. Advertência;
 - II. Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
 - III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CODEVASF, por prazo não superior a 2 (dois) anos, o licitante/contratado que:
 - a) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato;
 - b) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentofalso;
 - c) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - d) Não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
 - e) Fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;
 - f) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; ou
 - g) Der causa à inexecução total ou parcial do contrato
- 18.2.** A fiscalização dos serviços será feita por empregado formalmente designado, a quem compete verificar se a CESSIONÁRIA está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram e competências definidas no Manual de Contrato.
- 18.3.** A sanção prevista no inciso III do subitem 18.1 deve observar os seguintes parâmetros:
- a) Se não se caracterizar má-fé, a pena base deve ser de 6 (seis) meses; e
 - b) Caracterizada má-fé ou intenção desonesta, a pena base deve ser de 1 (um) ano e, no mínimo, de 6 (seis) meses, mesmo que aplicadas todas as atenuantes do **subitem 18.5**.
- 18.4.** As penas bases definidas no subitem 18.3 podem ser qualificadas em 1/2 (um meio), nos seguintes casos:

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

- a) Se o apenado for reincidente; e
 - b) Se a falta do apenado tiver produzido prejuízos relevantes para a empresa.
- 18.5.** As penas bases definidas no subitem 18.3 podem ser atenuadas em 1/4 (um quarto) nos seguintes casos:
- a) Se o apenado não for reincidente;
 - b) Se a falta do apenado não tiver produzido prejuízos relevantes para a empresa;
 - c) Se o apenado tiver reconhecido a falta e se dispuser a tomar medidas para corrigi-la; e
 - d) Se o apenado comprovar a existência e a eficácia de procedimentos internos de integridade, de acordo com os requisitos do artigo 42 do Decreto n. 8.420/2015.
- 18.6.** Na hipótese do subitem 18.5, se não caracterizada má-fé ou intenção desonesta e se o apenado contemplar os requisitos para as atenuantes previstos nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do referido item, a pena de suspensão pode ser substituída pela sanção prevista no inciso I do subitem 18.1.
- 18.7.** As sanções previstas nos incisos I e III do item 18.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 18.8.** A sanção prevista no inciso III do item 18.1 poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:
- I. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - II. Tenham praticados atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - III. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a empresa pública ou sociedade de economia mista em virtude de atos ilícitos praticados.
- 18.9.** Aplicar-se-á à presente licitação as sanções administrativas, criminais e demais regras previstas no Capítulo II, Seção III da Lei 13.303/2016 e arts. 89 a 99 da Lei 8.666/93, conforme preconiza o art. 41 da Lei 13.303/2016.
- 18.10.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
- 18.11.** Caberá recurso no prazo de cinco dias úteis contados a partir da data da intimação ou da lavratura da ata da aplicação das penas de advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a administração pública e declaração de inidoneidade.
- 19. DESISTÊNCIA**
- 19.1.** O Cessionário poderá formalizar a desistência da concessão após a publicação do resultado até a data de notificação para início dos procedimentos de lavratura da respectiva escritura pública de compra e concessão ou do contrato de promessa de compra e concessão.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

- 19.2.** Ocorrendo desistências serão convocados aqueles que estiverem classificados imediatamente após, para a concessão do Abatedouro Frigorífico de Caprinos e Ovinos de Dormentes/PE, obedecida a ordem decrescente da classificação das propostas.

20. OBRIGAÇÕES DO CESSIONÁRIO

- 20.1.** Em conformidade com a legislação vigente o contrato de CDRU com encargo estabelecerá, sem prejuízo das demais, as seguintes obrigações ao cessionário, constantes do **item 23 do Termo de Referência, anexo a este Edital.**

21. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 21.1.** Durante o processo de serviço será exigido da Contratada o atendimento do Art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MO nº 01/2010 no que concerne aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, **conforme item __ do Termo de Referência, em anexo.**

22. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22.1.** As licitantes poderão receber notificações deste Edital e seus Anexos, passando tais notificações a integrar os referidos documentos.

22.2. OCUPAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO ABATEDOURO

FRIGORÍFICO: A contratada deverá realizar a ocupação da estrutura do abatedouro frigorífico de Dormentes/PE no dia da assinatura do contrato do CDRU, conforme **item 20 do Termo de Referência, em anexo.**

22.3. SEGURO: Conforme item 24 do Termo de Referência, anexo ao Edital.

- 22.4.** A CODEVASF poderá, a qualquer momento, suspender ou cancelar o Edital de Licitação, desistir da CDRU com encargo proposta sem que tenham os (as) proponentes, em nenhum momento, direito a qualquer ressarcimento judicial ou extrajudicial, em função das propostas apresentadas, com exceção da restituição da caução depositada.

- 22.5.** A CODEVASF poderá revogar a licitação quando nenhuma das propostas satisfizer o objetivo da mesma, quando for evidente que tenha havido falta de competição, ou quando caracterizado o indício de colusão.

- 22.6.** A CODEVASF poderá, ainda, revogar a licitação por razão de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer isento e devidamente fundamentado.

- 22.7.** O Edital e seus Anexos são de propriedade da CODEVASF. Os referidos documentos não poderão ser adulterados, devendo ser utilizados única e exclusivamente para fins de elaboração das propostas, assegurados os direitos autorais. A utilização dos referidos documentos por terceiros só se realizará no caso em que venha a ser expressamente autorizado pela CODEVASF.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

- 22.8.** O Foro da Justiça Federal da Subseção Judiciária de Petrolina-PE será competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 22.9.** Este Edital e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a licitante vencedora, independente de transcrições.
- 22.10.** O Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, em quaisquer das Varas Federais instaladas na cidade de Petrolina, será o competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Petrolina-PE, 16 de novembro de 2022.

AURIVALTER CORDEIRO PEREIRA DA SILVA
SUPERINTENDENTE REGIONAL
CODEVASF – 3.ª SR

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES**

EDITAL N.º 011/2022

**LICITAÇÃO CODEVASF
FORMA PRESENCIAL - LEI Nº 13.303/2016
MAIOR OFERTA**

ANEXO I

**TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS
(Gravado em arquivo separado)**

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES**

EDITAL N.º 011/2022

**LICITAÇÃO CODEVASF
FORMA PRESENCIAL - LEI Nº 13.303/2016
MAIOR OFERTA**

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO
LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 011/2022
PROCESSO Nº 59530.001110/2021-86

3.____.00/2022

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF E A EMPRESA _____ NA FORMA ABAIXO:

A **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF**, empresa pública federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, criada pela Lei nº 6.088/1974, cujo Estatuto Social foi aprovado pelo Decreto nº 8258/2014, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.399.857/0001-26, com sede no SGAN, Quadra 601, Conjunto I, Ed. Sede da CODEVASF, CEP 70.830-019, Asa Norte, Brasília – DF, por meio da 3ª Superintendência Regional, localizada na Rua Presidente Dutra, nº 160, Centro, Município de Petrolina, Estado de Pernambuco, CEP 56.304-914, neste ato, representado pelo seu Superintendente da 3ª Superintendência Regional **AURIVALTER CORDEIRO PEREIRA DA SILVA**, brasileiro, viúvo, Engenheiro Civil, inscrito no CPF/MF sob nº 104.654.134-04, portador da Carteira de Identidade nº 686.097- SSP/PE, domiciliado na Cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na _____, CEP _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, _____, _____, _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, residente e domiciliado na _____, CEP _____, resolvem assinar o presente Contrato, de acordo com a autorização da Diretoria Executiva da **Codevasf**, expressa na Resolução nº _____, de _____ de _____, constante à fl _____ do Processo nº 59530.001110/2021-86, que, na forma do art. 68 da Lei nº 13.303/2016, de 30/06/2016, será regulado sob as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

Concessão de direito real de uso com encargos para exploração econômica do espaço físico, instalações e equipamentos do **Abatedouro Frigorífico para Caprinos e Ovinos de Dormentes/PE**, localizado às margens da PE-630, no município de Dormentes, Estado de Pernambuco – PE. A Descrição Geral se encontra no **item 4** do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

- 1.1. A área ocupada pelo Abatedouro Frigorífico de Caprinos e Ovinos de Dormentes/PE perfazum total de 20.015,00 m², sendo que deste total uma área 1.327,00 m² corresponde a construída, provida dos equipamentos que encontram relacionadas no **Anexo II – Relação de Equipamentos** que, doravante, independentemente de sua transcrição, fará parte do Termo de Referência, Anexo I do Edital de licitação.
- 1.2. O presente contrato rege-se pelas disposições da Lei nº 13.303/2016, de 30/06/2016, tendo sido a licitação realizada nos termos da Lei 13.303 de 30 de junho de 2016, sob o regime de execução empreitada por PREÇO UNITÁRIO, através do modo de disputa FECHADO, segundo disposições da Lei nº 13.303/2016, e suas alterações posteriores.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS

- 2.1. Os serviços objeto deste contrato serão executados com fiel observância a este instrumento e demais documentos a seguir mencionados, que integram o presente contrato, independentemente de transcrição:
- a) Termo de Referência e Anexos;
 - b) Especificações Técnicas, Desenho e Plantas;
 - c) Proposta da CESSIONÁRIA, e sua documentação, datada de xx/xx/2022; e
 - d) Demais documentos contidos no Processo nº 59530.001110/2021-86.
- 2.2. Em caso de divergência entre os documentos mencionados nos itens anteriores e os termos deste contrato, prevalecerão os termos deste último.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

- 3.1. A CODEVASF procederá a concessão de direito real de uso com encargos para exploração econômica do espaço físico, instalações e equipamentos do **Abatedouro Frigorífico de Caprinos e Ovinos de Dormentes/PE** por um período de 10 (dez) anos, incluindo 6 (seis) meses de carência conforme disposto no inciso IV do Art. 12º da Instrução Normativa nº 87, de 1º de setembro de 2020, contados a partir da data da assinatura do Contrato, podendo ser renovado por igual período.
- 3.1.1. A carência para início do pagamento da contrapartida pela cessão da unidade do **Abatedouro Frigorífico de Caprinos e Ovinos de Dormentes/PE**, será destinada à implantação, licenciamento e regularização do empreendimento por parte da Contratada/Cessionário.
- 3.1.2. Não será permitida a carência entre uma parcela e outra de pagamento de contrapartida.
- 3.1.3. Em caso de desistência do imóvel no período de carência concedida, obrigatoriamente, caberá ao Contratada/Cessionária pagamento pelo tempo em que o imóvel ficou em sua posse, além das sanções legais cabíveis pelo abandono.
- 3.1.4. O Contratado/Cessionário poderá formalizar a desistência da concessão após a publicação do resultado até a data de notificação para início dos procedimentos de lavratura da respectiva escritura pública de compra e concessão ou do contrato de promessa de compra e concessão.
- 3.1.5. Qualquer pedido de aditamento de prazo, no interesse da cessionária, somente será apreciado pela CODEVASF se manifestado expressamente, por escrito, até 30 (trinta) dias antes do vencimento do Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

- 4.1. O preço mínimo estabelecido para a contrapartida mensal pela concessão do Abatedouro Frigorífico de caprinos e Ovinos de Dormentes/PE foi estipulado em **R\$ 12.288,28 (doze mil duzentos e oitenta e oito reais e vinte e oito centavos)**, o que corresponde a 10% (Dez por cento) do valor avaliado pela Comissão de avaliação constituída pela Determinação nº __, de __ de _____ de 20__.
- 4.2. O preço proposto apresentado pela Cessionária para pagamento mensal da contrapartida pela cessão onerosa do Abatedouro Frigorífico de Caprinos e Ovinos de Dormentes/PE serão corrigidos anual no respectivo vencimento, aplicando-se o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, ou outro índice equivalente que venha a ser adotado pelo Governo Federal.
- 4.3. No caso de atraso de pagamento, incidirá multa de 2% (dois por cento) sobre o respectivo valor, acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

- 4.4. A carência para início do pagamento da contrapartida pela concessão de direito real de uso com encargos para exploração econômica do espaço físico, instalações e equipamentos do Abatedouro Frigorífico de Caprinos e Ovinos de Dormentes/PE será contada a partir da data de assinatura deste Contrato de concessão.
- 4.5. Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente, não sendo permitido a utilização de “créditos securitários do Tesouro Nacional”.
- 4.6. A infringência do disposto nas subcláusulas anteriores impedirá a cessionária de participar de novas licitações ou assinar contratos com a Codevasf, pelo prazo de 06 (seis) meses, a partir da verificação do evento.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA CAUÇÃO

- 5.1. A Quantia correspondente a 5% (cinco por cento), do valor total do Abatedouro Frigorífico de Caprinos e Ovinos de Dormentes/PE, a título de caução, prevista no Art. 130, Inciso I do Regulamento de Licitações e Contrato da CODEVASF e no Art. 70 da Lei 13.303/16.
 - 5.1.1. Depósito em conta remunerada e em espécie, a ser efetuado na agência da Caixa Econômica Federal, definida pelo proponente, em favor da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF – 3ª Superintendência Regional da CODEVASF, Rua Presidente Dutra, nº 160 - Centro. Município de Petrolina, estado de Pernambuco, CEP: 56304-914. Telefone: (87) 3866- 7702. E-mail: 3gb@codevasf.gov.br, que poderá ser movimentada somente por ordem da estatal.
 - 5.1.1.1. A conta será específica destinada unicamente à caução, e sua operação deve corresponder a 008 ou 010.
- 5.2. O proponente poderá apresentar a caução na forma de seguro-garantia em conformidade com a Circular SUSEP nº 477, de 30/09/2013.
- 5.3. A apólice correspondente deverá indicar a CODEVASF como beneficiária. Não deverão ser acrescentadas cláusulas que exime o Proponente de suas responsabilidades.
- 5.4. Serão aceitas Cartas de Fiança Bancária emitidas em moeda corrente nacional, emitidas por bancos comerciais, de investimento e múltiplos, autorizados a funcionar no Brasil, e deverão observar as disposições das Portarias 644/2009, 1378/2009 e 367/2014, emitidas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.
- 5.5. A caução de garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída nos seguintes casos:
 - a) Em conformidade com § 4º do Art. 70 da Lei 13.303/16 após a execução do contrato, devendo ser atualizada monetariamente na hipótese de ter ocorrido em dinheiro (inciso I do § 1º do Art. 70 da Lei 13.303/16).
 - b) A restituição da caução em dinheiro dar-se-á com o envio ao proponente de uma Autorização para Levantamento de Caução por meio de carta assinada pela CODEVASF. A carta deverá ser apresentada pelo proponente à agência em que o depósito foi realizado para o saque do valor em seu favor.
- 5.6. A caução não será restituída ao licitante vencedor:
 - a) Para garantir multa conforme previsto no Art. 139 do Regulamento de Licitações e Contratos da CODEVASF e Art. 83 da Lei nº 13.303/2016;
 - b) Que não efetuar o pagamento do valor da parcela da contrapartida mensal por um período de 6 (seis) meses;
 - c) Que deixar de cumprir o estabelecido no subitem 21.1.do Termo de Referência, anexo I do Edital.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTAMENTO

- 6.1. As contrapartidas mensais referentes a concessão onerosa do Abatedouro Frigorífico para Caprinos e Ovinos de Dormentes/PE serão corrigidas anualmente no respectivo vencimento, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ou outro índice equivalente que venha a ser adotado pelo Governo Federal.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA OCUPAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO ABATEDOURO FRIGORÍFICO DE CAPRINOS E OVINOS DE DORMENTES - PE

- 7.1. A estrutura do abatedouro frigorífico de Dormentes/PE, por força do Edital de Licitação, somente poderá ser utilizada para empreendimentos de abate de animais
- 7.2. A CODEVASF não se responsabiliza por gestões para obtenção de financiamentos, ficando a cargo do Contratado/Cessionário a implantação da infraestrutura complementar. Também são obrigações do comprador:
- 7.2.1. A execução dos programas ambientais aprovados junto aos órgãos licenciadores para obtenção de autorizações/anuências de natureza ambiental;
- 7.2.2. Obtenção de autorizações e/ou anuências específicas e/ou complementares, diferentes daquelas já previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital;
- 7.2.3. Caberá ao Contratado/Cessionário solicitar cópia dos documentos relativos às questões ambientais à CODEVASF, bem como cumprir integralmente as suas disposições técnicas, que deverão ser comprovadas à esta empresa pública mediante apresentação de relatórios de atividades ambientais quando exigido, devidamente assinados por equipe técnica habilitada para tal fim.
- 7.2.4. Estará a cargo do Contratado/Cessionário obter, às próprias expensas, todas as emissões de Licenças, Certidões e Autorizações Ambientais e/ou suas renovações que lhe serão exigidas para as suas atividades, devendo submeter-se a todas as Leis, Regulamentos ou Determinação Federal, Estadual ou Municipal, como também atendimento às condicionantes e exigências ambientais, emitidas pelo órgão ambiental competente, relativas a operação da atividade de seu empreendimento.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA MULTA

- 8.1. No caso de atraso de pagamento, incidirá multa de 2% (dois por cento) sobre o respectivo valor, acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.
- 8.2. Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela Codevasf, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte:
- a) A multa será descontada da garantia prestada pela contratada.
- b) Caso o valor da multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
- c) Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a contratada será convocada para complementação do seu valor no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da convocação;
- d) Não havendo qualquer importância a ser recebida pela contratada, esta será convocada a recolher à Gerência de Finanças da Codevasf – AA/GFN o valor total da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da comunicação.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

- 8.3. O licitante vencedor terá um prazo inicialmente de 10(dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 05(cinco) dias úteis, contado a partir da data de cientificação da aplicação da multa, para apresentar recurso à Codevasf. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Superintendência Regional/Sede, que procederá ao seu exame.
- 8.4. Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Autoridade Competente da Codevasf, que poderá rejeitar ou não a multa.
- 8.5. Em caso de relevação da multa, a Codevasf se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.
- 8.6. Caso a Autoridade Competente da Codevasf mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

9. CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

- 9.1. Serão adotados os critérios previstos no Item 21 do Termo de Referência, do Anexo I do Edital nº __/2022, que integra o mesmo.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a empresa pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
- I. Advertência;
 - II. Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
 - III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CODEVASF, por prazo não superior a 2 (dois) anos, o licitante/contratado que:
 - a) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato;
 - b) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentofalso;
 - c) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - d) Não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
 - e) Fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;
 - f) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; ou
 - g) Der causa à inexecução total ou parcial do contrato.
- 10.2. A fiscalização dos serviços será feita por empregado formalmente designado, a quem compete verificar se a CESSIONÁRIA está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram e competências definidas no Manual de Contrato.
- 10.3. A sanção prevista no inciso III do subitem 10.1 deve observar os seguintes parâmetros:
- a) Se não se caracterizar má-fé, a pena base deve ser de 6 (seis) meses; e

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

- b) Caracterizada má-fé ou intenção desonesta, a pena base deve ser de 1 (um) ano e, no mínimo, de 6 (seis) meses, mesmo que aplicadas todas as atenuantes do **subitem 10.5**.
- 10.4. As penas bases definidas no subitem 10.3 podem ser qualificadas em 1/2 (um meio), nos seguintes casos:
- a) Se o apenado for reincidente; e
- b) Se a falta do apenado tiver produzido prejuízos relevantes para a empresa.
- 10.5. As penas bases definidas no subitem 10.3 podem ser atenuadas em 1/4 (um quarto) nos seguintes casos:
- a) Se o apenado não for reincidente;
- b) Se a falta do apenado não tiver produzido prejuízos relevantes para a empresa;
- c) Se o apenado tiver reconhecido a falta e se dispuser a tomar medidas para corrigi-la; e
- d) Se o apenado comprovar a existência e a eficácia de procedimentos internos de integridade, de acordo com os requisitos do artigo 42 do Decreto n. 8.420/2015.
- 10.6. Na hipótese do subitem 10.5, se não caracterizada má-fé ou intenção desonesta e se o apenado contemplar os requisitos para as atenuantes previstos nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do referido item, a pena de suspensão pode ser substituída pela sanção prevista no inciso I do subitem 10.1.
- 10.7. As sanções previstas nos incisos I e III do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 10.8. A sanção prevista no inciso III do item 10.1 poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:
- IV. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- V. Tenham praticados atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- VI. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a empresa pública ou a sociedade de economia mista em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.9. Aplicar-se-á à presente licitação as sanções administrativas, criminais e demais regras previstas no Capítulo II, Seção III da Lei 13.303/2016 e arts. 89 a 99 da Lei 8.666/93, conforme preconiza o art. 41 da Lei 13.303/2016.
- 10.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
- 10.11. Caberá recurso no prazo de cinco dias úteis contados a partir da data da intimação ou da lavratura da ata da aplicação das penas de advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a administração pública e declaração de inidoneidade.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ADITAMENTO CONTRATUAL

- 11.1. A celebração de termo aditivo contratual está condicionada a verificação da regularidade em relação aos encargos sociais, trabalhistas e com a Fazenda Pública, a ser comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CESSIONÁRIA

12.1. Em conformidade ao Art. 23 da Instrução Normativa Nº 87, de 1º de setembro de 2020, o contrato de cessão onerosa de uso estabelecerá, sem prejuízo das demais, as seguintes obrigações ao cessionário:

- a) Por quaisquer usos ou intervenções realizadas nas áreas cedidas, zelar pela integridade física dos bens recebidos em cessão, utilizando-se de todos os meios legais para a proteção desses bens contra a ameaça de turbação ou esbulho.
- b) Requerer a averbação quando houver incorporação de benfeitorias nas áreas cedidas, perante a Superintendência do Patrimônio da União em cadastro próprio, bem como na matrícula do imóvel, no cartório de registro de imóvel competente;
- c) Todas as benfeitorias realizadas pelo cessionário na área cedida serão incorporadas aos bens da União em qualquer momento e/ou ao final do contrato sem direito a indenizações;
- d) Quanto da entrega do imóvel ao final do contrato deverá estar em idênticas ou melhores condições do que na data do recebimento;
- e) De obter autorizações, licenças ou alvarás necessários para a implantação do empreendimento, bem como suas renovações, se for o caso;
- f) Manter a regular situação das autorizações, licenças ou alvarás aplicáveis ao empreendimento, para a eficácia contratual;
- g) De arcar com o valor de indenização estabelecida em virtude de supressão autorizada de terrenos;
- h) De ater-se, para realização de obras, a execução das condições vinculadas à viabilidade ambiental;
- i) O cessionário será obrigado a atualizar o cadastro a cada dois anos, sob pena de rescisão contratual;

12.2. O cessionário, quando se tratar de entidade da Administração Pública Federal, incluídas autarquias e fundações, ou a Administração Pública dos Estados, Distrito Federal e Municípios, se obriga, em caso de conflitos ou discordância com o cedente, enquanto vigente o contrato, empreender esforços para a composição extrajudicial do litígio, na forma do artigo 37 da Lei nº 13.140, de 2015.

- a) Atender e aplicar as normas de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, bem como de segurança e sustentabilidade, de acordo com as Leis nº 10.048, de 2000, e nº 10.098, de 2000, regulamentadas pelo Decreto nº 5.296, de 2004, ou outros normativos que vierem a substituí-los;
- b) XII - desenvolver Plano de Prevenção e Combate a Incêndios (PPCI), nos termos da Lei nº 13.425, de 30 de março de 2017, quando necessário.

12.3. Em consonância ao Art. 24 da Instrução Normativa Nº 87, de 1º de setembro de 2020, que o cessionário, além das obrigações previstas no Art. 23, fica, também, obrigado a:

- a) Imprimir o DARF nos sítios eletrônicos da SPU ou solicitá-lo pelos canais de comunicação (pessoalmente, por telefone, e-mail e outros), referente à retribuição pela utilização do imóvel, quando for o caso de cessão de uso onerosa, para o pagamento dos valores acordados;
- b) Pagar pontualmente os encargos (taxas e serviços públicos, despesas de manutenção e conservação) legais e contratualmente exigíveis, no prazo estipulado relativo ao período vigente do contrato;

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

- c) Levar imediatamente ao conhecimento do cedente o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros;
 - d) Realizar a imediata reparação dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações provocadas por si, seus usuários;
 - e) Não modificar a forma interna ou externa do imóvel sem o consentimento prévio e por escrito do cedente;
 - f) Pagar as despesas de concessão de serviços públicos (telefone, internet, consumo de luz, gás, água e esgoto, etc);
 - g) As despesas decorrentes de taxas públicas, serviços ou de manutenção e conservação do imóvel, referente ao período de vigência do contrato, deverão estar quitadas no ato da devolução do imóvel ao cedente, acompanhadas de comprovantes emitidos pelos responsáveis pela prestação dos serviços (municípios, concessionárias de energia, água, condomínio - se for o caso).
- 12.4. Em conformidade com o Art. 25 do Instrução Normativa Nº 87, de 1º de setembro de 2020, ao cessionário, na posse e uso do bem da União cedido, obedecendo às cláusulas expressas do contrato e a legislação patrimonial vigente, atendidas as recomendações expressas nos Arts. 22 e 23 desta IN, poderá:
- a) Destinar direitos de uso de parcelas do bem a terceiros, com vistas a atingir a plena finalidade do empreendimento, observado os procedimentos licitatórios previsto em lei;
 - b) Realizar obras especificadas, observando as delimitações e o prazo para sua realização;
 - c) Locar ou arrendar partes do imóvel cedido e benfeitorias eventualmente aderidas, desnecessárias ao uso do cessionário;
 - d) O prazo concedido a terceiros de acordo com o caput deste artigo e seus incisos, pertinente à locação ou arrendamento de partes do imóvel concedido, não poderá ser superior ao prazo vigente ao contrato celebrado entre a União e o cessionário.
- 12.5. O valor mensal cobrado pela taxa de ocupação do espaço será de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor avaliado pela Comissão de avaliação constituída pela Determinação nº ____, de ____ de ____ de ____.
- 12.6. O licitante vencedor gozará de uma carência de 6 (seis) meses de isenção do pagamento da taxa de ocupação (item 12.5), a partir da data de assinatura do contrato);
- 12.7. A manutenção do Abatedouro Frigorífico para Caprinos e Ovinos de Dormentes/PE fica a cargo da licitante vencedora, devendo esta arcar com despesas de água e luz, pessoal, manutenção e conservação em geral, limpeza e conservação do abatedouro, bem como as demais despesas atinentes à operação, manutenção, guarda e preservação.
- 12.8. Caso a cessionária vencedora venha a realizar construções, edificações e melhorias estruturais no imóvel concedido, estas passarão a integrar o patrimônio do município, sem custo algum para este.
- 12.9. A cessionária deverá fornecer o EPI (Equipamento de Proteção Individual) para os funcionários e realizar a dedetização periódica e geral.
- 12.10. Emitir e enviar a Cedente, relatório circunstanciado de acompanhamento, constando o número de abates/mês e atividades realizadas na manutenção e preservação do Abatedouro Frigorífico para Caprinos e Ovinos de Dormentes/PE.
- 12.11. Zelar pelo cumprimento das Instruções Normativas dos órgãos fiscalizadores dos serviços, assim como cumprir as disposições legais contidas na legislação específica atinente à matéria.
- 12.12. Instrumentalizar as ações necessárias para bem executar as atividades de gerenciamento de abate de animais, incluindo planejamento, logística das carcaças de pequeno e médio pecuarista e/ou marchantes, acompanhamento e controle dos serviços de abates de animais.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

- 12.13. Disponibilizar toda a infraestrutura administrativa necessária ao pronto atendimento das demandas operacionais e gerenciamento dos serviços de abate de animais contemplando todas as etapas previstas no objeto deste instrumento.
- 12.14. Executar os trabalhos necessários à consecução do objeto a que alude o Termo de Referência, anexo I do Edital, inclusive disponibilizando suporte técnico, operacional e administrativo.
- 12.15. Responder por quaisquer danos que porventura seus prepostos venham causar ao patrimônio da CODEVASF, decorrente de falhas ou irregularidades na execução dos serviços.
- 12.16. Fazer, às suas expensas, a manutenção dos equipamentos, instalações elétricas e de obras civis, atendendo as determinações do(s) representante(s) dos órgãos fiscalizadores e/ou da Cedente neste sentido, sempre que for solicitado.
- 12.17. Arcar com todos os custos trabalhistas e previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da concessão, bem como multas ou penalidades correspondentes, sem que isto venha a incorrer em qualquer espécie de ônus para a CODEVASF.
- 12.18. Orientar e supervisionar o desempenho dos empregados no que diz respeito aos serviços executados.
- 12.19. Manter durante a vigência do contrato compatibilidade com as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação.
- 12.20. Possui em seu quadro permanente de empregados profissional Veterinário devidamente registrado no conselho de classe competente.
- 12.21. Fomentar e incentivar a capacidade de abate de animais, sem comprometer a eficácia operacional e que os impactos ambientais sejam devidamente mitigados.
- 12.22. Fornecer ao Cedente, quando solicitada, toda e qualquer informação disponível relativa aos serviços, bem como qualquer modificação ou interferência causada por si ou por terceiros nos serviços e ambiente de abate.
- 12.23. Informar aos USUÁRIOS a respeito de interrupções inesperadas dos serviços, e seu restabelecimento, obedecendo às condições e prazos que forem fixados por ato administrativo exarado pelo Município.
- 12.24. Manter em dia o inventário e o registro dos bens móveis e imóveis do Abatedouro da Cedente, assim como mantê-lo, durante todo o período da concessão, nas mesmas condições de uso e conservação que os recebeu.
- 12.25. Permitir aos encarregados pela fiscalização o livre acesso, em qualquer época, aos equipamentos e às instalações concedidas.
- 12.26. Zelar pela integralidade dos bens afetos a esta prestação de serviço, mediante a contratação dos respectivos seguros.
- 12.27. Manter sistemas de monitoramento da qualidade da água potável utilizada e dos efluentes lançados nos “corpos d’água”.
- 12.28. Fazer, às suas expensas, o tratamento e destinação dos resíduos sólidos e líquidos resultantes da atividade, inclusive atendendo as determinações do(s) representante(s) dos órgãos fiscalizadores e/ou da Cedente neste sentido, sempre que for solicitado.
- 12.29. Sempre que for necessário informar aos usuários as condições imprescindíveis para melhor fluidez do serviço de abate de animais, inclusive no que se refere às questões de saúde pública e uso dos equipamentos.
- 12.30. Comunicar a Cedente e aos órgãos competentes a respeito de ação ou omissão que venha a ser de seu conhecimento, que possa provocar contaminação dos recursos hídricos ou que prejudique a prestação dos serviços de abate animal, ou ações a ele vinculados, para que tal

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

autoridade diligencie as providências competentes.

- 12.31. Colaborar com as autoridades públicas, nos casos de emergência ou calamidade, que envolverem o serviço de abate de animais.
- 12.32. Manter, junto às autoridades competentes, as licenças, inclusive as ambientais, necessárias à execução da prestação do serviço de abate de animais, sendo ainda responsável pelo pagamento dos custos correspondentes.
- 12.33. Atender as especificações dos órgãos fiscalizadores do Setor com relação aos equipamentos e utensílios do Abatedouro Frigorífico para Caprinos e Ovinos de Dormentes/PE.
- 12.34. Atender as especificações do RIISPOA – Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal e demais legislação e normativas do Setor.
- 12.35. Atender a RDC 275 – Boas Práticas de Fabricação, de acordo com a sua aplicabilidade no Setor.
- 12.36. Estabelecer canais eficientes de comunicação e interlocuções sistemáticas junto ao Cedente, para o acompanhamento dos serviços desenvolvidos no Abatedouro Frigorífico para Caprinos e Ovinos de Dormentes/PE.
- 12.37. Fornecer materiais de expediente, didáticos, pedagógicos e todos os utensílios necessários à realização das atividades previstas de serem desenvolvidas Abatedouro Frigorífico para Caprinos e Ovinos de Dormentes/PE.
- 12.38. Designar, formalmente, preposto para representá-lo na execução do Contrato, nos termos do Art. 68 da Lei Federal de Licitações nº 8.666/93.
- 12.39. Comunicar de imediato a Cedente qualquer irregularidade ou anormalidade que venha a ter conhecimento nos processos sob sua gestão.
- 12.40. Pronunciar-se sobre as irregularidades ou anormalidades apontadas pela Cedente, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às recomendações formalizadas, observada a integridade deste instrumento.
- 12.41. Executar os consertos que se fizerem necessários no abatedouro, sem ônus para a cedente.
- 12.42. Eventuais danos ao patrimônio ocorridos no interior do Abatedouro Frigorífico para Caprinos e Ovinos de Dormentes/PE, serão de inteira responsabilidade da cessionária vencedora.
- 12.43. A cessionária contratada não poderá sublocar nem transferir a administração a terceiros.
- 12.44. A cessionária vencedora deverá instalar-se e iniciar os serviços nos prazos máximos de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do término das melhorias e adequações, que por ventura a cessionária tenha que executar nos equipamentos e instalações (caso ache necessário), providenciando inclusive todas as documentações necessárias (alvará, licenças, vistorias, pagamentos de taxas, registro aos órgãos competentes).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

- 13.1. Exigir da CESSIONÁRIA o cumprimento integral deste Contrato.
- 13.2. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.
- 13.3. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.
- 13.4. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CESSIONÁRIA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.
- 13.5. Rejeitar todo e qualquer serviço inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.
- 13.6. Emitir parecer para liberação das faturas, e receber as obras e serviços contratados.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

13.7. Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO DANO MATERIAL OU PESSOAL

- 14.1. A cessionária será responsável, na forma da lei, por quaisquer danos ou prejuízos provenientes de vícios e/ou defeitos na execução dos serviços contratados causados à Codevasf ou a terceiros.
- 14.2. Correrão por conta da cessionária as despesas que tiverem de ser feitas, por ela ou pela Codevasf, para reparação desses danos ou prejuízos.
- 14.3. Não serão indenizados os prejuízos que possam advir de erro ou qualquer equívoco de sua proposta ou administração.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 15.1. Serão adotados os critérios previstos no Item 25 do Termo de Referência, do Anexo I do Edital nº __/2022, que integra o mesmo.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE

- 16.1. Deverá ser mantida a observância ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO

- 17.1. Constituem motivos, dentre outros, para rescisão do contrato:
 - I. Alteração do objetivo do empreendimento objeto da CDRU;
 - II. A desídia em colocar em operação do empreendimento objeto da CDRU;
 - III. Não emissão e/ou expiração das licenças e alvarás necessários à operação do empreendimento;
 - IV. Não constituição e o registro do consórcio dentro do prazo indicado pelo instrumento convocatório;
 - V. Cometimento, pela CESSIONÁRIA, de dano ou crime ambiental durante a operação da CDRU;
 - VI. Não pagamento de multas impostas por entes públicos decorrente da gestão do empreendimento objeto do CDRU;
 - VII. Atraso reincidente no pagamento das parcelas de contrapartida pela cessão por um período de 6 (seis) meses contínuos ou alternados;
 - VIII. Não registro da CDRU no Cartório de Registro Imobiliário competente (art. 167, I, “40”, da Lei 6.015, de 31.12.1973), no prazo máximo de 06 (seis) meses da assinatura do Contrato;
 - IX. A substituição de consorciado sem a expressa autorização da CODEVASF;
 - X. Perda de habilitação e/ou qualificação técnica pela CESSIONÁRIA;
 - XI. Não realização de manutenção corretiva, preventiva ou preditivas de equipamentos e edificações conforme indicadas no plano de operação ou exigidas pela fiscalização da CDRU;
 - XII. Não correção, no prazo de 6 (seis) meses, de danos na estrutura da edificação ou equipamento, após a solicitação da fiscalização da CDRU;
 - XIII. Identificação de fraude nas informações sobre produção ou faturamento do empreendimento, quando solicitado pela fiscalização ou auditoria da CODEVASF.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS SEGUROS

- 18.1. Durante o Prazo da Concessão, a cessionária deverá contratar e manter em vigor, no mínimo, as apólices de seguro indicadas na subcláusula 18.6, nas condições estabelecidas neste instrumento.
- 18.2. Nenhuma obra ou serviço poderá ter início ou prosseguir sem que a cessionária apresente à Codevasf comprovação de que as apólices dos seguros exigidas no Contrato se encontram em vigor e observam as condições estabelecidas pela Codevasf, conforme regulamentação.
 - Em até 10 (dez) dias antes do início de qualquer obra ou serviço, a cessionária deverá encaminhar à Codevasf as cópias das apólices de seguro juntamente com os respectivos planos de trabalho.
- 18.3. A Codevasf deverá figurar como um dos cossegurados nas apólices de seguros referidas no Contrato, devendo o cancelamento, suspensão, modificação ou substituição de quaisquer apólices ser previamente autorizados pela Codevasf.
- 18.4. As apólices de seguros deverão prever a indenização direta à Codevasf nos casos em que a Codevasf seja responsabilizada em decorrência de sinistro.
- 18.5. Pelo descumprimento da obrigação de contratar ou manter atualizadas as apólices de seguro, a Codevasf aplicará multa, conforme regulamentação, até a apresentação das referidas apólices ou do respectivo endosso, sem prejuízo de outras medidas previstas no Contrato.
- 18.6. Durante o Prazo da Concessão, a cessionária deverá contratar e manter em vigor, no mínimo, os seguintes seguros:
 - (i) **Seguro de danos materiais:** cobertura de perda ou dano decorrente de riscos de engenharia, riscos operacionais e relativos às máquinas e equipamentos da Concessão; e
 - (ii) **Seguro de responsabilidade civil:** cobertura de responsabilidade civil, cobrindo a cessionária e o Poder Concedente, bem como seus administradores, empregados, funcionários, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, custas processuais e quaisquer outros encargos relacionados a danos materiais, pessoais ou morais, decorrentes das atividades abrangidas pela Concessão.
- 18.7. Os montantes cobertos pelos seguros de danos materiais e pelos seguros de responsabilidade civil, incluídos os danos morais abrangidos, deverão atender os limites máximos de indenização calculados com base no maior dano provável.
- 18.8. A cessionária deverá informar à Codevasf todos os bens cobertos pelos seguros e a forma de cálculo do limite máximo de indenização de cada apólice de seguro.
- 18.9. A cessionária assume toda a responsabilidade pela abrangência ou omissões decorrentes da realização dos seguros de que trata o Contrato.
- 18.10. A cessionária é responsável pelo pagamento integral da franquia, em caso de utilização de qualquer seguro previsto no Contrato.
- 18.11. Nas apólices de seguros deverá constar a obrigação das seguradoras de informar, imediatamente, à cessionária e à Codevasf as alterações nos contratos de seguros, principalmente as que impliquem o cancelamento total ou parcial dos seguros contratados ou redução das importâncias seguradas.
- 18.12. As apólices de seguro deverão ter vigência mínima de 1 (um) ano a contar da data da assinatura do Contrato, devendo ser renovadas sucessivamente por igual período durante o Prazo da Concessão.
- 18.13. A cessionária deverá encaminhar à Codevasf, com antecedência mínima de 1 (um) mês de seu vencimento, documento comprobatório de que as apólices dos seguros foram renovadas ou serão automática e incondicionalmente renovadas imediatamente após seu vencimento

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

- a) Caso a cessionária não encaminhe os documentos comprobatórios da renovação dos seguros no prazo previsto, a Codevasf poderá contratar os seguros e cobrar da cessionária, a qualquer tempo, o valor total do seu prêmio, sem eximir a cessionária das penalidades previstas neste Contrato e nas regulamentações da Codevasf.
- b) Nenhuma responsabilidade será imputada à Codevasf caso ela opte por não contratar seguro cuja apólice não foi apresentada no prazo previsto pela cessionária.
- 18.14. A cessionária, com autorização prévia da Codevasf, poderá alterar coberturas ou outras condições das apólices de seguro, visando a adequá-las às novas situações que ocorram durante a vigência do Contrato.
- 18.15. A cessionária deverá encaminhar anualmente à Codevasf as cópias das apólices dos seguros contratados e renovados.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

- 19.1. A Codevasf providenciará a publicação do presente Contrato, em extrato, no Diário Oficial da União – Seção 3, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

- 20.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal da subseção judiciária de Petrolina, Seção Judiciária do estado de Pernambuco.
- 20.2. E, por estarem de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas.

Petrolina-PE, ____ de _____ de 2022.

AURIVALTER CORDEIRO PEREIRA DA SILVA
SUPERINTENDENTE REGIONAL
CODEVASF – 3ª SR

CESSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

a) _____
CPF: _____

b) _____
CPF: _____